

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A influência das fundações empresariais na elaboração da Base Nacional Comum Curricular

Volmir Antonio Lange¹

Volmir.lange@unochapeco.edu.br

Unochapecó/UNIEDU

Marilandi Maria Mascarello Vieira²

mariland@unochapeco.edu.br

Unochapecó

Claudia Battestin³

battestin@unochapeco.edu.br

Unochapecó

INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre a influência das fundações empresariais, especialmente a Fundação Lemann, na definição do currículo escolar da educação básica no país, em específico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017, que definiu competências e habilidades a ser desenvolvidas em educandos em todas as etapas da educação básica. O tema constitui parte da dissertação de Mestrado em Educação, em fase de desenvolvimento, sob o tema Apostilamento Privado na Educação Básica: uma análise desde a (de)colonialidade do saber.

O estudo está sendo desenvolvido em escolas de três redes municipais de ensino, na Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), região oeste de Santa Catarina (SC) e investiga como a aquisição de Sistemas Apostilados de Ensino (SAEs), por parte de prefeituras, tem impactado o trabalho docente. O mesmo contextualiza o movimento de empresariamento/privatização na educação básica pública; busca evidenciar/caracterizar a relação entre apostilamento privado e a manutenção da colonialidade do saber na escola e compreender como os SAEs, segundo a perspectiva da (de)colonialidade do saber, tem impactado o trabalho docente. Como conteúdo integrante da dissertação, o recorte apresentado, objetiva identificar a influência do empresariamento na educação durante a elaboração da BNCC e como estes grupos vêm influenciando nas políticas públicas educacionais do país.

Metodologicamente a pesquisa, quanto a sua abordagem é qualitativa, de natureza básica e o recorte feito para este trabalho assenta-se na pesquisa bibliográfica.

Na busca por desvelar o percurso da BNCC, Tarlau e Moeller (2020), identificaram inicialmente o Todos pela Educação (TPE), como primeira influência no movimento de elaboração da BNCC, porém

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – Unochapecó. Bolsista UNIEDU.

² Doutora, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – Unochapecó.

³ Doutora, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – Unochapecó.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



as entrevistas realizadas pelos autores revelaram que sua gênese está ligada à Fundação Lemann. Esta fundação pertence a Jorge Paulo Lemann (considerado em 2017, o homem mais rico do Brasil e o 22º mais rico do mundo), conhecido empresário do ramo de alimentos e cervejarias como a AMBEV. Criada em 2002, a Fundação Lemann tinha como objetivo melhorar a educação no Brasil, começando pela gestão e a avaliação.

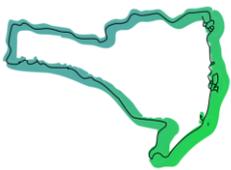
Interessado em alinhar as políticas neoliberais com a crescente mudança global, buscando como referência a “No Child Left Behind” dos Estados Unidos, contratou em 2003, o ex-ministro da educação do governo FHC, Paulo Renato Souza, para assumir como conselheiro na Fundação. Basicamente os modelos dos projetos educacionais do governo de FHC se tornaram a pauta da fundação, que até 2009 investiu grande volume de recursos financeiros em projetos regionais, mas que não causaram grande impacto.

Em 2013, Denis Mizne (contratado em 2010 para assumir a presidência da referida fundação), constatou que o assunto BNCC já havia sido discutido internamente na fundação, tornando a partir daí, o mais importante projeto filantrópico da Fundação Lemann e em abril de 2013, realizou um seminário com o seguinte tema: Liderar reformas educacionais: fortalecer o Brasil para o século XXI, na Universidade Yale, nos Estados Unidos. Sobre o evento, Tarlau e Moeller (2020, p. 566) afirmam:

[...] Múltiplas fontes confirmaram que esse seminário em Yale foi, um dos eventos mais importantes para a criação de uma rede de apoiadores da BNCC no Brasil [...] O evento teve como palestrantes [...] Susan Pimentel, uma das principais redatoras das diretrizes do Common Core para a língua inglesa [...] que falou sobre “Desenvolver um padrão curricular comum: a experiência do Common Core”; e Alissa Peltzman, da ONG [...] Achieve, que falou sobre “A transformação de objetivos em ações: criar uma política pública eficaz para uma base comum curricular”. [...] Pimentel foi a garota-propaganda da redação do Padrões Estaduais do Common Core (CCSS, na sigla em inglês) e a Achieve, Inc., é considerada pioneira no lançamento dessa iniciativa e se tornou o ator mais importante na tarefa de convencer os estados a concordar com os CCSS - com ajuda de recursos da Fundação Gates

Entre os convidados para o referido evento estavam políticos influentes, os atuais e futuros secretários da Educação dos estados, funcionários do alto escalão do Ministério da Educação (MEC) e representantes de outras fundações e ONGs voltadas a educação, além de membros da Fundação Lemann. Destaque para a participação do secretário de Educação de Santa Catarina e vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps, que em 2015 tornou-se presidente do Consed e, em 2016, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE). Sob a liderança deste, entre os anos de 2014 a 2016, o Consed teve um papel crucial na elaboração da BNCC. Deschamps admitiu que ouviu no seminário a primeira referência a BNCC e nos três anos seguintes se tornou um dos mais importantes líderes governamentais para a elaboração do documento. Relevante também destacar que todos os convidados do seminário e demais membros que foram se engajando, tiveram as despesas pagas e alguns foram contratados para atuar durante todo o processo de discussão da BNCC, financiados pela Fundação, fato admitido pelo então secretário de Educação Básica do MEC, Manoel Palácios.

Outra questão que chama a atenção é que o processo de elaboração da BNCC teve início no governo de Dilma Rousseff e, após seu impeachment, teve continuidade no governo de Temer. Mesmo quando anunciada a primeira versão do documento em 2015, houve muitas críticas e acusações, principalmente no meio político, cada grupo responsabilizando o outro pela influência político-ideológica, mas a Fundação conseguiu acalmar os ânimos abrindo o documento a consulta pública on line e permitindo maior participação através de críticas e sugestões, frutos de debates realizados nas



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



escolas e seminários regionais e estaduais, mediando assim a condução do processo, segundo Tarlau e Moeller (2020), alegando que o documento não teria viés ideológico, visto que tanto consultores, especialistas e professores, tanto progressistas como conservadores, participaram da elaboração do documento. As referidas autoras citam que “A BNCC talvez fosse a única política pública que manteve o apoio multipartidário em meio à crescente polarização política [...] deu certo a estratégia da Fundação Lemann, de reunir gente com interesses diversos e promover ampla participação da sociedade civil” (p. 584). Vejamos como a Fundação, através do movimento, conseguiu êxito:

Para entender como a Fundação Lemann pôde alterar o terreno das políticas públicas durante o momento histórico vivido pelo Brasil entre 2014 e 2017, recorremos à noção gramsciana do “conjuntural” como ferramenta analítica (Gramsci 1971a, 400). Uma conjuntura é um momento definido por “diferentes correntes e circunstâncias” (Hall 1988, 130) que, juntas, criam as condições para acontecimentos específicos que uma única causa não poderia ter criado. Ao focar no momento conjuntural brasileiro, em vez de simplesmente descrever o “contexto”, buscamos ilustrar como múltiplas forças políticas e econômicas convergiram no Brasil entre 2013 e 2014, o que produziu um “novo terreno político” (Hart 2003, 27), permitindo que um novo ator estratégico como a Fundação Lemann pudesse promover seus objetivos de política pública. (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 568).

Dúvidas quanto à legitimidade do processo também foram mediadas e contornadas pela fundação. As autoras (2020, p. 591), afirmam: “Embora a Fundação Lemann e o Movimento pela Base tenham tido menos participação direta no processo de redação da versão final da BNCC, as duas entidades continuaram a monitorar esse processo e a manter encontros com altos funcionários do MEC”.

Segundo Tarlau e Moeller (2020), em abril de 2017, o MEC enviou a versão final oficial da BNCC ao CNE para análise e posterior aprovação. O órgão realizou seminários regionais coletando sugestões sobre a versão, devolvendo o texto ao MEC e em 20 de dezembro “[...] o Presidente Michel Temer, o ministro Mendonça Filho, da Educação, a secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, [...] políticos, funcionários ligados à educação [...] reuniram-se para “homologar” a BNCC” (p. 592).

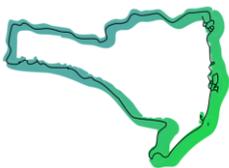
RESULTADOS

Os dados da pesquisa identificam como, por intermédio do empresariamento na educação, as fundações filantrópicas, especialmente a Fundação Lemann, influenciaram significativamente no processo de elaboração da BNCC, garantindo sua inclusão no PNE (2014-2024) como política pública e conduzindo todo o percurso de elaboração até sua homologação. Estas práticas do empresariamento vêm sendo objeto de análise no contexto da (de)colonialidade do saber em nosso estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração e aprovação da BNCC, apesar de estar prevista na legislação vigente, não teve movimento direto por parte do Estado. Efetivamente a discussão só iniciou após o envolvimento da Fundação LEMANN, membro do grupo de empresários pertencente ao movimento “TPE” e ao “Grupo de Institutos, Fundações e Empresas” (GIFE), que influenciou e mobilizou outros parceiros a fazer parte do movimento da BNCC, incluindo assim e garantindo o tema como sendo uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado em 2014.

Movimentos como o TPE e GIFE, capitaneados pelos empresários da educação, além de influenciar na elaboração da BNCC tem adotado outras práticas, como a negociação dos SAEs com prefeituras. Estes grupos interferem significativamente desde a definição curricular e conteúdos, na elaboração e venda



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



de livros didáticos e na condução das políticas públicas educacionais do país. Neste sentido, o recorte apresentado, busca juntamente com os demais temas do estudo, evidenciar/caracterizar qual a relação entre as práticas adotadas pelo empresariamento e a manutenção da colonialidade do saber na escola pública.

PALAVRAS-CHAVE: Empresariamento na educação. Fundações empresariais. BNCC.

AGRADECIMENTOS: Unochapecó/UNIEDU.

REFERÊNCIA

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v.20, n. 2, p. 553-603, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n2.11>. Acesso em: 10 abr. 2023.